



## Senado aprova taxas maiores sobre produtos importados

Terceira medida provisória do ajuste fiscal eleva alíquotas de PIS-Pasep e Cofins na importação e irrita senadores pelos “contrabandos legislativos”

Segue para sanção projeto derivado da Medida Provisória 668, com aumento de tributos sobre importação que garantirá ao governo arrecadação extra de R\$ 1,19 bilhão ao ano e de R\$ 694 milhões em 2015. O curto prazo para tramitação no Senado e, principalmente, a grande quantidade de

assuntos adicionados pela Câmara geraram críticas de senadores governistas e de oposição. O presidente do Senado, Renan Calheiros, encomendou à Secretaria-Geral da Mesa um parecer para encontrar uma forma de separar das medidas provisórias esses acréscimos, considerados “contrabandos legislativos”. **4 e 5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Renan (ao centro da mesa) anuncia que pretende evitar inserção de temas estranhos ao texto original das medidas provisórias

### Estados e municípios ganham novo alívio financeiro

Agência Petróbás



O Plenário aprovou ontem projeto que permite aos estados e municípios tomar empréstimos como antecipação de receitas sem a necessidade de seguir os limites de endividamento previstos. A medida vale para os entes federativos que sofreram redução na arrecadação decorrente da exploração de petróleo e outros recursos naturais. **3**

Terminal Campos Elíseos, no estado do Rio, que armazena petróleo

**Governo promete assentar todas as famílias acampadas 7**

**Segundo ministro, Irã avançou em direitos humanos 6**

**Entidade pede droga mais moderna no SUS contra lúpus 8**

### Em audiência, gestão de recursos do Sistema S é questionada por senador 6

### CPI da CBF deve ser criada hoje

Romário conseguiu mais assinaturas que o necessário para a criação de CPI para investigar a Confederação Brasileira de Futebol. Os senadores tinham até a meia-noite de ontem para manter ou retirar as assinaturas do pedido de CPI. **7**

O senador Romário dá entrevista aos jornalistas: “É o momento oportuno para fazermos uma devassa na CBF”



Waldemir Barrera/Agência Senado

### O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

### Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em: [www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)





Edilson Rodrigues/Agência Senado

Modernização do painel também prevê, em uma próxima fase, o envio de dados de uma votação diretamente para a internet

## Painel eletrônico amplia transparência e agilidade

Modernização do sistema de votações em Plenário permite aos senadores informação mais rápida e clara sobre orientações dos líderes. Também garante maior precisão para as votações simbólicas

AGILIDADE E TRANSPARÊNCIA foram os objetivos que nortearam a introdução, nesta semana, de novas funcionalidades do painel eletrônico do Plenário. A partir de agora, é possível registrar a orientação das lideranças partidárias às bancadas e também as votações simbólicas — aquelas em que os parlamentares manifestavam os votos levantando ou não as mãos.

— Um senador que adentre o recinto durante uma votação pode, rapidamente, identificar como se posicionou seu partido — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, na terça-feira, ao anunciar a mudança.

A orientação da bancada pelo líder faz parte da rotina di-

ária das votações no Plenário. Por meio desse procedimento, os líderes partidários declaram como a legenda deseja que seus senadores votem uma proposta em discussão.

A inovação do painel também permite que o presidente do Senado coordene o processo de votação por meio de um equipamento *touch screen*. Em breve, deve haver uma sincronização entre os sistemas do Plenário e das comissões por meio da implantação de biometria.

De acordo com Sérgio Bonifácio, titular da Coordenação do Sistema de Votações Eletrônicas, a mudança integra um projeto de modernização que vem sendo desenvolvido em etapas. A primeira foi con-

cluída no fim de 2014, com a troca de painéis.

— Havia painéis bem antiquados, com mais de uma década de uso e que não suportavam as informações necessárias durante a sessão. Então, no fim do ano passado, nós os substituímos e agora estamos finalizando a segunda etapa, com a troca dos softwares — explicou.

O coordenador também falou sobre algumas das próximas melhorias.

— A única fonte de saída do sistema antigo era o papel. Em nossa próxima versão, vai haver a exportação direta de dados para o sistema legislativo. Então, após a votação da matéria, os dados estarão disponíveis na internet.

## Adoção da biometria traz maior segurança

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, disse que, antes do processo de modernização, a votação simbólica era feita por meio do método de “levantamento ou não de mãos”.

— Com certa frequência, ocorria uma ausência de transparência, já que nem sempre era anunciado quem havia levantado a mão. Além disso, havia, muitas vezes, uma ausência de precisão que acabava conduzindo a uma nebulosidade do processo legislativo — disse.

Outra grande inovação, segundo Bandeira, é o acréscimo de um novo padrão de

segurança: a biometria.

— Isso permitirá que o nosso banco de dados de digitais de senadores se comunique com as comissões e com o Plenário da Câmara dos Deputados, para que, muito em breve, o senador que registre presença na comissão ou no Plenário da Câmara possa ter presença registrada no Plenário do Senado. O próximo passo é colocar o painel (eletrônico) em todas as comissões e acrescentar a biometria em todos os postos de votação dos senadores e interligar as comissões e o Plenário — informou.

Para o secretário-geral-adjunto, José Roberto Leite

de Matos, a orientação de lideranças é muito importante para o processo legislativo, pois “torna o voto da bancada durante o procedimento mais uniforme”.

Quanto à votação simbólica, explicou que o painel vai totalizar os votos de cada bancada. Antes, isso era feito à mão.

— Para isso, nós tínhamos que saber quantos senadores de cada partido estavam presentes e, conforme os votos, ir totalizando para chegar ao resultado. Além disso, estamos integrando o sistema de votação com o de som, que funcionavam concomitantemente, mas de forma separada.

## Frente parlamentar quer 20% de biodiesel no transporte coletivo

O uso de 20% de biodiesel no transporte coletivo das regiões metropolitanas e o aumento de mistura obrigatória desse componente no diesel são duas das principais bandeiras da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FrenteBio) lançada ontem na Câmara dos Deputados. O evento teve a presença de representantes das três associações de representação do setor: Aprobio, Ubrabio e Abiove.

— É impossível pensar a dependência estrita dos combustíveis fósseis no longo prazo — disse o presidente da frente, deputado Evandro Gussi (PV-SP).

Para Gussi, o biodiesel, que é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis como óleos vegetais

e gorduras animais, pode representar uma alternativa econômico-industrial para o agronegócio e uma oportunidade para a agricultura familiar, para isso, é necessário garantir a previsibilidade de mercado. Ele defendeu o estabelecimento de um marco regulatório para o setor.

O secretário-geral da frente, senador Donizeti Nogueira (PT-TO), lembrou que o setor ganhou importância desde o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), em 2004. Ele defende novos avanços:

— Temos que melhorar o ar que respiramos. O setor tem muito a contribuir.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) é o primeiro-vice-presidente da frente.



Gerardo Nogueira/Agência Senado

Frente lançada ontem tem Donizeti (2ª à esq.) como secretário-geral

## CPI do Assassinato de Jovens vai fazer diligências em oito estados

A CPI criada para investigar o alto índice de assassinato de jovens no país aprovou ontem requerimentos para realizar diligências em oito estados. Quatro ficam no Nordeste, região com maior número de assassinatos de jovens de 15 a 29 anos, segundo o *Mapa da Violência 2015*. Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão serão os primeiros a serem visitados. Goiás, Roraima, São Paulo e Rio de Janeiro também

serão alvo de diligências.

De acordo com Fátima Bezerra (PT-RN), a CPI pretende recolher ideias para apresentar alternativas de políticas públicas para reduzir o problema. A presidente da comissão, Lídice da Mata (PSB-BA), acrescenta:

— Nós vamos visitar essas cidades para discutir como essas mortes se dão, conversar com as famílias das vítimas como o estado as acolhe, como ele trata as mortes.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

#### CRA Aquicultura e pesca

14h Audiência interativa em Palmas debate potencial e gargalos para desenvolver aquicultura e pesca no Tocantins.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na noite de ontem de sessão solene pelos 70 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral, que foi fechada entre 1937 e 1945. Também estiveram na solenidade a presidente Dilma Rousseff; o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli; e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Segundo projeto, que será promulgado, entes poderão tomar empréstimos como antecipação de receitas sem atender limite de endividamento

# Senado aprova novo socorro a estado e município em dificuldades

O PLENÁRIO APROVOU ontem mais um socorro financeiro a estados e municípios em dificuldades. Aqueles que tiveram perda de arrecadação com a exploração de petróleo, gás, recursos minerais e água (para geração de energia) poderão tomar empréstimos como antecipação de receitas sem se sujeitar aos limites de endividamento previstos na Resolução do Senado 43/2011. O projeto será promulgado pelo Senado.

A excepcionalidade está prevista no projeto PRS 15/2015, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Rose de Freitas (PMDB-ES). A proposta, que recebeu relatório favorável de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), restringia a autorização aos estados e municípios produtores de petróleo, mas emendas de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), respectivamente, incluíram as compensações



Refinaria da Petrobras, no Paraná: estados perderam arrecadação com queda do preço do barril de petróleo no fim de 2014

pelo uso de recursos hídricos e pela exploração de minérios.

Estados e municípios produtores de petróleo enfrentaram uma drástica redução de receitas depois que o barril de petróleo caiu de US\$ 115 em agosto de 2014 para US\$ 45 em dezembro. Situação semelhante é enfrentada pelas unidades

federativas que recebem verbas das compensações pela extração de minerais e pela exploração de recursos hídricos para geração de energia, relataram Flexa e Bezerra.

Os autores argumentam que em fevereiro a estimativa de perda média dos recursos dos municípios do Rio de Janeiro

era de 37,24% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O texto aprovado, um substitutivo do relator com emenda de Rose, deixa claro que as dívidas contratadas em 2015 e 2016 terão que ser pagas até o fim de 2016, no caso dos municípios, e até o fim de 2018, no caso dos estados.

## Vão para sanção novas regras para terrenos de marinha

O Plenário aprovou ontem o PLC 12/2015, que trata do parcelamento de terrenos de marinha e da remissão de dívidas patrimoniais com a União. O relator da proposta no Plenário, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), recomendou a rejeição de três emendas e a aprovação do mesmo texto aprovado na Câmara, com uma emenda de redação. Agora o projeto vai para a sanção presidencial.

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), chegou a

reclamar da votação da proposta, alegando que o Ministério do Planejamento ainda estava discutindo alterações nos textos com os senadores: — Estamos atropelando um acordo que foi feito.

Romero Jucá (PMDB-RR), que presidia a sessão, e Ricardo Ferraço esclareceram que o projeto, apresentado originalmente pelo Executivo, trata apenas de parte da questão dos terrenos de marinha. O restante deve ser objeto de proposta de emenda à Cons-

tituição (PEC) em discussão com o governo.

Segundo Ferraço, a proposta traz uma nova disciplina, ao simplificar os processos, reduzir os encargos e tornar mais transparente e justo o instituto dos terrenos de marinha. Ele acrescentou que a medida pode beneficiar 10 milhões de brasileiros.

O texto traz uma série de regras que a União deve seguir sobre o parcelamento de terrenos de marinha. Além das áreas ao longo da costa

marítima, também são considerados terrenos de marinha as margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés. Ao longo dos anos, muitos imóveis foram ocupando as áreas de marinha — o que daria ao governo o direito de cobrar taxas por essa ocupação. Muitos moradores, no entanto, questionam os cálculos, os critérios e as marcações do governo.

Na justificativa do projeto, o governo admite que a norma atual acabou por funcionar no sentido contrário do esperado, ou seja, contra a regularização.

Segundo o governo, a proposta visa à desoneração do particular, por trabalhar com estímulos, tanto em função da formalização da inscrição de ocupação quanto das taxas incidentes sobre essas ocupações. Agora, para demarcar uma nova área, o governo deverá fazer audiências públicas e informar a população atingida. Há ainda regras sobre multas, redução de taxas e perdão de dívidas relacionadas à ocupação desses terrenos.

## Lobão: lei atual sobre área costeira está carcomida



Edison Lobão (PMDB-MA) destacou a importância da aprovação do PLC 12/2015, que trata do parcelamento de terrenos de marinha. O texto foi aprovado ontem pelo Plenário, modernizando

a legislação que trata das áreas ao longo da costa marítima e de terrenos nas margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés. — Era uma lei carcomida, envelhecida, obsoleta, da época do Império. Os terrenos de marinha não poderiam continuar com essa concepção antiga, atrasada. E o que fez hoje [ontem] o Senado, já com a ação da Câmara,

foi alterar, modernizar uma lei que serviu no passado, talvez, mas que já não servia mais.

Lobão elogiou o presidente do Senado, Renan Calheiros, pela forma com que tem conduzido as votações de medidas provisórias, “com solidariedade ao governo, mas sem subserviência”.

Destacou ainda a decisão de Renan de adotar uma norma para separar das MPs assuntos estranhos inseridos no texto original, chamados de jabutis. A norma, que está sendo estudada pela Secretaria-Geral da Mesa, fará com que os assuntos inseridos pelo Congresso na MP original passem a tramitar em forma de projeto de lei.

## Comissão do pacto federativo discute plano de trabalho

O relator da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), apresentará na terça-feira o plano de trabalho do colegiado.

Presidida por Walter Pinheiro (PT-BA), a comissão tem 15

membros e contará com 90 dias para debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo, com ênfase em propostas que retirem estados e municípios da crise em que se encontram.

O plano de trabalho da co-

missão deverá se pautar nas reivindicações de governadores e prefeitos apresentadas ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Na abertura dos trabalhos da comissão, na quarta, Bezerra salientou o senso de urgência

da comissão e lembrou que muitas propostas terão que ser votadas até 17 de julho, último dia de atividade legislativa neste semestre. Pinheiro anunciou que pretende discutir com Renan um calendário especial para votação das propostas.

## Para Vanessa, país não vive situação catastrófica

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) citou entrevista de cinco economistas que



apontam um cenário melhor que o cenário “catastrófico” que é mostrado aos brasileiros. A senadora disse que, ao alardear um panorama caótico, o mercado e a mídia na verdade ajudam a produzi-lo, afastando investimentos.

Para uma dos estudiosos, a economista Leda Paulani, relatou a senadora, é possível recuperar a economia sem redução de emprego e da renda. Para isso, o governo deve deixar de lado as desonerações e olhar o investimento público.

## Ângela: governo foi crucial para queda da fome

Ângela Portela (PT-RR) registrou relatório da FAO, órgão das Nações Unidas



para Alimentação e Agricultura, que aponta a redução do número de pessoas que passam fome no mundo. No Brasil, a queda foi de 82% de 2002 a 2014.

— As ações de segurança alimentar desenvolvidas pelo governo e o Programa Bolsa-Família foram citados como cruciais para os resultados. A verdade é que se conseguiu estabelecer um círculo virtuoso de progresso da população pobre através de conquistas de melhores salários, empregos e renda.

## Roberto Rocha critica cortes na área da defesa

Roberto Rocha (PSB-MA) registrou preocupação com o corte de verbas para o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Do cerca de R\$ 1 bilhão previsto para 2015, serão repassados R\$ 285 milhões.



Para ele, o Sisfron é estratégico para a defesa da fronteira com os países vizinhos, tanto em termos de soberania nacional, como no combate ao tráfico de armas e drogas.

— Com esse valor [R\$ 285 milhões], o programa, que é um dos maiores do planeta na área de segurança, corre o risco de ser abandonado.

# Senado aprova terceira MP do ajuste fiscal

Com medida que aumenta tributos sobre importações, governo deve arrecadar mais R\$ 1,19 bilhão por ano. Senadores criticaram pouco prazo para debate da proposta, que perderia validade na segunda, e inserção de assuntos sem relação com o objetivo original do texto

MAIS UMA MEDIDA do ajuste fiscal do governo foi aprovada pelo Senado. É o PLV 6/2015, resultado de alterações na Medida Provisória 668/2015, que aumenta as alíquotas de duas contribuições incidentes sobre as importações, o PIS-Pasep e a Cofins. O texto foi aprovado por votação simbólica, do jeito que veio da Câmara, sem novas mudanças.

A intenção do governo é dar isonomia tributária e impedir que produtos nacionais paguem mais tributos que os importados. As mudanças propostas e as majorações de algumas alíquotas devem gerar arrecadação extra de R\$ 1,19 bilhão ao ano e de R\$ 694 milhões em 2015.

Na regra geral, com exceção de produtos com alíquotas diferenciadas, o PIS-Pasep passa de 1,65% para 2,1%. A Cofins vai de 7,5% para 9,65%, totalizando 11,75%, contra os atuais 9,15%.

A MP 668 foi aprovada na Câmara dos Deputados na quarta-feira da semana passada e perderia a validade na próxima segunda-feira. O pouco tempo de tramitação no Senado gerou queixas do relator, Acir Gurgacz (PDT-AC):

— No atual formato de tramitação, o Senado não pode legislar nem revisar o processo. Só lhe resta confirmar o que vem da Câmara ou do Executivo. Gostaria de mudar alguns itens, mas é impossível pelo sistema de tramitação atual — lamentou.

## Críticas

Os senadores reclamaram também de assuntos estranhos ao conteúdo original da MP aprovados pela Câmara (*veja o quadro comparativo ao lado*).

O PLV aprovado pelo Senado trata, por exemplo, do parcelamento de dívidas com a União; de tributação sobre a cadeia produtiva do leite; da responsabilidade dos notários e oficiais de justiça temporários; de débitos de empresas em recuperação judicial; de ampliação de municípios que compõem o semiárido e até de isenção tributária para a Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap).

Mesmo depois de aprovado, o projeto continuou sendo alvo de críticas dos senadores, sobretudo por abrigar tantos

assuntos estranhos à finalidade de produzir ajuste fiscal.

José Serra (PSDB-SP) considerou inusitado que, a partir da intenção governamental de criar isonomia entre importações e exportações, vote-se uma iniciativa que abriga 17 assuntos novos, constituindo, segundo ele, “o maior carroço legislativo que já viu”.

— Esse é um daqueles “carroções” que demora um mês para resolver em álgebra. Imagine-se em legislação, onde a natureza das variáveis em jogo é muito mais ambígua, tem muito mais implicações inesperadas — disse.

Insurgindo-se contra o processo legislativo, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, ao permitir a celebração de parcerias público-privadas com o Congresso, o projeto negligenciou o desagrado dos eleitores com a construção de um shopping na Câmara.

— A opinião pública não entende como é que somos contra esse tal de “Parlashopping” e aprovamos o “Parlashingopping”. Queira ou não, os senadores aprovaram.

## Outros assuntos

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) também registrou repúdio à MP.

— Há aqui mais de 14 assuntos completamente diferentes, alguns em relação aos quais nós não tínhamos nem sequer a noção do que estamos fazendo nem as consequências do que estamos votando. Alguns que, claramente, saltam aos olhos pela inconveniência, como é o caso do chamado Parlashopping, que, neste momento, é quase uma afronta à consciência nacional.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) classificou a MP como uma “aberração em todos os pontos de vista”. Ele assim explicou sua opinião:

— Pau que nasce torto morre torto e a medida provisória originária desse projeto de lei já veio com vício de inconstitucionalidade. Isto é, veio tratando de mais de uma matéria.

O senador Roberto Rocha (PSB-MA) também criticou o processo.

— Há uma inversão. O Executivo ter-

mina legislando por medida provisória; o Judiciário, por resoluções; e, muitas vezes, o Legislativo se prende muito à questão das fiscalizações por CPs. A função nossa aqui é legislar, em primeiro lugar, e fiscalizar — disse Rocha.

Dário Berger (PMDB-SC) cumprimentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por ter anunciado que não mais permitirá que assuntos estranhos a medidas provisórias sejam contrabandeados para dentro do texto. Segundo Berger, “parlamentares oportunistas” acabam por injetar nas MPs questões que não têm nenhum relacionamento com o objetivo principal da proposta.

— Essa atitude, na minha opinião, é moralizadora e dignifica o Senado Federal — afirmou Berger sobre a decisão anunciada por Renan.

Já o senador Hélio José (PSD-DF) se disse otimista com a proposta aprovada:

— Essa MP traz no seu artigo 3º temas fundamentais para a nossa companhia Terracap, aqui do Distrito Federal, quando garante para nós um recolhimento de impostos e condições de melhor investir no nosso Distrito Federal.

## O que propõe o texto aprovado pelo Senado

- ▶ **OBJETIVO INICIAL:** Aumentar as alíquotas de duas contribuições incidentes sobre as importações: o PIS-Pasep e a Cofins.
- ▶ **JUSTIFICATIVA:** Dar isonomia tributária e impedir que produtos nacionais paguem mais tributos que os importados.
- ▶ **ARRECAÇÃO:** As mudanças propostas e as majorações de algumas alíquotas vão gerar arrecadação extra de R\$ 694 milhões em 2015 e de R\$ 1,19 bilhão ao ano.
- ▶ **BENS EM GERAL:** A alíquota do PIS-Pasep passa de 1,65% para 2,1%. A Cofins pula de 7,6% para 9,65%. No total, a soma das contribuições passa de 9,15% para 11,75%.
- ▶ **RECUPERAÇÃO JUDICIAL:** Aumenta de 84 para 120 meses o prazo para empresas em processo de recuperação judicial parcelarem suas dívidas com a Fazenda Nacional. O objetivo é dar condições mais favoráveis de retorno à atividade econômica às empresas em recuperação judicial.
- ▶ **PPP:** Autoriza Câmara dos Deputados e Senado a fecharem parcerias público-privadas (PPPs) na realização de obras públicas.
- ▶ **LEITE:** Altera a forma de aproveitamento de créditos presumidos do PIS e da Cofins de empresas ou cooperativas que compram ou recebem leite em natureza de produtor pessoa física ou de cooperativas.
- ▶ **BANCOS:** Permite aos bancos que passaram por intervenção ou liquidação extrajudicial a compensação de prejuízos fiscais com o lucro futuro sem o limite atual de 30%, imposto pela Lei 9.065/95.
- ▶ **SUBVENÇÃO A EXPORTADORES:** A União poderá conceder subvenção de juros aos exportadores de produtos manufaturados até o limite de R\$ 400 milhões em 2015.
- ▶ **SEMIÁRIDO:** Lista municípios de Alagoas, Ceará e Paraíba que devem obrigatoriamente fazer parte do semiárido para efeitos de aplicação de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste.
- ▶ **DÍVIDAS COM A UNIÃO:** Permite aos contribuintes usarem valores de depósito judicial para o pagamento de “pedágio” exigido em parcelamento de dívidas com a União. O pedágio é um valor antecipado pago pelo contribuinte devedor e que pode variar de 5% a 20% da dívida a ser parcelada. Com a MP, se houver valor depositado em juízo, o contribuinte poderá usar para quitar o pedágio.
- ▶ **TERRACAP:** A Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap) contará com novas situações de isenção de tributos da União.
- ▶ **SISTEMA 5:** Permite que entidades do Sistema 5 possam sercessionárias de servidor público. Ou seja, poderão ter seus cargos de direção preenchidos por servidores públicos federais, sem que ocorra aumento de gastos da União. A remuneração do servidor será feita pela entidade cessionária.



Senadores aprovaram aumento de PIS-Pasep e Cofins de importados: oposição criticou inserção de “contrabandos”, como parcerias público-privadas com Legislativo

# Renan pede estudo sobre exclusão de “contrabandos legislativos”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que encomendou à Secretaria-Geral da Mesa um parecer para encontrar uma forma de separar das medidas provisórias textos estranhos inseridos no original, os chamados contrabandos legislativos ou jabutis. Segundo o senador, os temas intrusos seriam analisados à parte por meio de projeto de lei, sem prejuízo de tramitação da MP.

— Encomendei à secretaria um parecer para que possamos fazer com as medidas provisórias o mesmo que fizemos com a PEC Paralela. Vamos estender essa interpretação para as medidas provisórias. O Regimento da Casa permite e quero assumir esse compromisso — disse.

Na votação da MP 668/2015, ontem, houve muitas reclamações dos senadores relativas a emendas inseridas na proposta e aprovadas pela Câmara. A MP, integrante do pacote de ajuste fiscal, altera alíquotas de PIS e Cofins de bens e serviços importados para proteger a indústria nacional.

Jorge Viana (PT-AC) lembrou que os senadores estão indignados e constrangidos com a situação. Além disso, acrescentou o senador, as medidas provisórias permitiram a instituição de um “balcão de negócios”:

— Onde está a autorização para deputado ou senador enxertar matérias estranhas? Temos que pôr fim a essa imoralidade. Jabuti não sobe em árvore. Tem a mão de gente ou enchente. Por isso, peço ao líder do governo [Delcídio do Amaral] que leve à presidente Dilma essa decisão de que não vamos mais assinar embaixo MPs desse tipo — afirmou.

Delcídio do Amaral (PT-MS) lamentou o fato e já avisou que pedirá ao Executivo o veto a alguns dos “jabutis” da MP 668.

— Isso não acontece de agora, mas vem crescendo de algum tempo para cá. Não podemos ratificar tais absurdos e não podemos sequer apresentar destaque para derrubá-los. A partir de amanhã [hoje], vamos olhar bem esse texto, de forma minuciosa, e avaliar o que é pertinente ou não. Vamos sugerir à presidente o veto aos contrabandos — afirmou.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o



Ao lado de Romero Jucá (D), Renan (C) encomendou parecer à Secretaria-Geral, dirigida por Bandeira (E)

pior dos “contrabandos” inseridos pelos deputados foi o que autoriza a Câmara a fechar parcerias público-privadas (PPPs) para realização de obras públicas, abrindo a possibilidade de construção de um shopping nas instalações da Casa. Ele não poupou críticas ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha:

— Passa da hora de devolvermos à Câmara um texto cheio de “contrabandos” como esse. A Câmara tem desrespeitado e insultado o Senado com seus procedimentos. E agora, com a ascensão desse senhor Eduardo Cunha à Presidência, que é o atraso do atraso do atraso, a coisa destrambelhou de vez. Esse senhor que preside a Câmara pensa que manda em tudo nesse país — atacou.

Reguffe (PDT-DF) também criticou a possível construção de um shopping na Câmara e classificou a ideia de “escárnio com o contribuinte brasileiro”. Para Jader Barbalho (PMDB-PA), trata-se de um “deboche”. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que seu partido pedirá formalmente à presidente Dilma o veto ao shopping, considerado por ele de “tragédia legislativa” nascida na Câmara.

## Oposição também critica

Senadores da oposição também criticaram a inclusão no texto da MP 668 de alguns temas estranhos à proposta, que originalmente tratava do aumento de impostos sobre produtos importados.

Entre eles, está a emenda que altera a lei que regulamenta as parcerias público-privadas para permitir que o Legislativo use esse instrumento para construir um novo anexo na Câmara. Os senadores também lamentaram o tempo curto para examinar a proposta. A MP perde a validade na segunda-feira.

Ao orientar a bancada do PSDB a votar contra a matéria, o líder do partido, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou:

— É uma verdadeira árvore de Natal tantos são os penduricalhos que chegam nessa medida provisória — disse.

Tanto Cássio quanto Aécio Neves (PSDB-MG) avaliaram que o texto tem pontos positivos, mas criticaram a pressão do governo em ver a matéria aprovada, o que, segundo Aécio, retira a prerrogativa dos parlamentares de legislar. Ele lembrou que o Senado já aprovou proposta que impede que as medidas tratem de temas que não tenham correlação com o objetivo original da medida, mas o projeto acabou engavetado na Câmara.

— Temos que colocar fim a essa prática de transformar MPs em um ônibus para atender interesses — disse.

Segundo Ronaldo Caiado (DEM-GO), é impossível debater com conhecimento um texto com uma série de temas distintos em prazo tão curto. José Agripino (DEM-RN) concordou:

— [A MP é] uma salada de frutas, algumas azedas e outras doces — concluiu.

# Senadores cobram votação da PEC das MPs pela Câmara

Senadores voltaram a cobrar ontem, em Plenário, a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 11/2011, que estabelece novas regras de tramitação de medidas provisórias. Aprovada pelo Senado em agosto de 2011, a matéria aguarda a instalação de comissão especial para exame da Câmara, onde tramita como PEC 70/2011.

Os senadores reclamam que têm pouco tempo para debater as MPs aprovadas na Câmara, uma vez que qualquer alteração no texto do Executivo, como a apresentação de destaques, submete a matéria a um novo exame pelos deputados, o que nem sempre é possível dado o esgotamento do prazo de vigência da medida.

A cobrança foi feita durante a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2015, oriundo da MP 664/2014, que compõe o pacote de ajuste fiscal do governo alterando o prazo para a concessão de benefícios previdenciários como o auxílio-doença e a pensão por morte.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou com seus pares. Eunício Oliveira (PMDB-CE) destacou que a PEC

11/2011 foi aprovada por unanimidade no Senado e defendeu a aprovação na Câmara para que seja possível avaliar corretamente as proposições encaminhadas pelo governo ao Congresso.

Relator da PEC 11/2011, Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a proposta preserva o direito do presidente da República editar MPs, mas impede que a elas sejam acrescentados “jabutis” (dispositivos sobre assuntos que não guardam qualquer relação ao tema da MP). Como exemplo, citou a emenda do fim do fator previdenciário, incluída pela Câmara na MP que alterou as regras de concessão do auxílio-doença e da pensão por morte.

José Agripino (DEM-RN) lembrou que, na condição de presidente do Senado, Renan já devolveu ao governo MPs que não tiveram tempo de ter a discussão aprofundada na Casa. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ressaltou que a PEC 11/2011 “dorme” nas gavetas da Câmara. Reguffe (PDT-DF) ressaltou que o Legislativo não pode atuar como um “simples homologador” das medidas do Executivo. Os deputados analisarão a PEC

11/2011, de autoria do ex-senador José Sarney, na forma de subemenda apresentada por Aécio quando a proposta tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo texto aprovado em agosto de 2011, a Câmara passa a ter 80 dias para analisar MPs. O Senado terá 30 dias, restando 10 dias para que os deputados analisem possíveis emendas dos senadores.

A criação de uma comissão mista para julgar a admissibilidade das medidas provisórias foi retirada da PEC para permitir um acordo entre oposição e governo.

Conforme o novo texto, as MPs serão submetidas às Comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara. Em caso de rejeição, haverá possibilidade de recurso aos Plenários das respectivas Casas.

Ao examinar a PEC 11/2011, os deputados terão a tarefa de confirmar ou não as mudanças dos senadores. Caso promovam alterações, a matéria retornará para nova apreciação do Senado. Se confirmarem o texto sem mudanças, a PEC será promulgada pelo Congresso.

## Para Cristovam, medidas criarão problemas no futuro

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que as votações da semana do Senado foram positivas porque “mostram serviço”, mas não resolvem o problema e vão criar novas dificuldades no futuro.

Segundo ele, a economia garantida pelas MPs 664 e 665 é insuficiente perto do déficit de mais de R\$ 300 bilhões das contas públicas. Cristovam explicou que o aumento de impostos sobre importados vai aumentar preços e elevar a inflação, apesar de benéfico para a indústria nacional, mas considerou positiva a nova regra para a aposentadoria.

— Esta semana, fizemos escolhas incompletas, superficiais; aí, daqui a alguns anos, a gente começa a ajustar tudo de novo, fazendo de conta que não errou.



Williemar Brito/Agência Senado

## Paim espera que Dilma não vete fim do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) disse que a presidente Dilma Rousseff cometerá “erro histórico” se vetar o fim do fator previdenciário. O fim do mecanismo foi aprovado nesta semana pelo Senado e seguiu para sanção da presidente da República.

— Não há um único trabalhador salarial no Brasil que seja favorável ao fator. Virou uma unanimidade em nível nacional — opinou.

Segundo o senador, a rejeição dos trabalhadores ao fator já dura mais de 14 anos e, quando foi criado, o PT votou contra. Paim espera que Dilma Rousseff aproveite a oportunidade de não vetar a proposta, mas avalia que há um compromisso disseminado entre os parlamentares para derrubar um eventual veto.



Williemar Brito/Agência Senado

## Amorim: em busca de caminho fácil, governo prejudica o povo

Eduardo Amorim (PSC-SE) criticou as medidas provisórias do ajuste fiscal aprovadas nesta semana pelo Senado. As MPs 664 e 665 endurecem as regras para concessão de pensão por morte, seguro-desemprego e abono salarial, entre outros benefícios. Para o senador, poucas coisas são tão constrangedoras quanto o silêncio dos vencedores: — Quando um vencedor não tem ânimo moral para comemorar sua vitória, é sinal de que não combateu o bom combate.

Amorim também criticou os cortes no Orçamento e acusou o governo de optar pelo caminho mais fácil, mas que dificulta a vida de toda a população. Ele elogiou senadores governistas que não votaram a favor de todas as medidas, como Paulo Paim (PT-RS).



Ana Wilma/Agência Senado

## Fátima comemora alternativa a regra para aposentadoria

Em discurso ontem, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou a aprovação no Senado da MP 664, em cujo texto final há dispositivo que propõe opção ao trabalhador, na hora da aposentadoria, de aplicar a chamada regra 85/95 em vez do fator previdenciário para o cálculo do benefício. A matéria seguiu para sanção presidencial.

A senadora celebrou “o fim do famigerado fator previdenciário” e pediu para a presidente Dilma Rousseff não vetar o texto aprovado por deputados e senadores. — Essa regra que aprovamos aqui hoje fará com que trabalhadores da iniciativa privada possam ter o mesmo tratamento dos trabalhadores da esfera pública — afirmou.



Ana Wilma/Agência Senado

## Área social pagará a conta do ajuste, critica Rose de Freitas

Rose de Freitas (PMDB-ES) disse considerar injusto que o desequilíbrio fiscal das contas do governo tenha que ser suportado pela camada mais pobre da população. Na avaliação da senadora, a área social pagará a maior parte da conta do ajuste fiscal.

Rose explicou que, juntos, os Ministérios da Educação, da Saúde e das Cidades terão R\$ 38,3 bilhões em cortes, o que significa 55% do valor bloqueado do Orçamento. Ela lamentou o corte significativo em programas essenciais para a população, como o Minha Casa, Minha Vida, PAC, Ciência sem Fronteira e Pronatec.

— Indagamos se haveria outro caminho para o ajuste. Porque todos nós, desta Casa, temos responsabilidade em promover e achar um caminho para o ajuste.



Ana Wilma/Agência Senado



Em audiência pública com representantes de Sebrae, Senai, CNC e Sest/Senat, o vice-presidente da CMA, senador Ataídes de Oliveira (4º à esq.), criticou procedimentos adotados pelas entidades

## Gestão do Sistema S é questionada em debate

Arrecadação de contribuições sociais por parte de entidades como Sesi e Senai e transparência na prestação de contas foram alguns dos temas discutidos ontem na CMA

**QUESTIONAMENTOS SOBRE A legalidade e a transparência de procedimentos adotados pelas entidades do Sistema S — como Sesi, Senai e Sesc — marcaram ontem audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).**

Entre outros pontos, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a arrecadação direta de contribuições sociais por parte do sistema.

— A Constituição só autoriza esse desconto em folha aos sindicatos. Senai, Sesi não são sindicatos. Isto é muito grave — disse o senador.

Ele também questionou o suposto respaldo jurídico para as contribuições, dizendo

que manifestações oficiais do Supremo Tribunal Federal (STF) e do TCU não avalizam o procedimento.

Em resposta, o diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Gustavo Leal Sales Filho, alegou que esse tipo de arrecadação toma por base a interpretação de que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) é uma entidade sindical patronal.

Sales Filho afirmou que a prática é reconhecida legalmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Receita Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O diretor do Senai disse ainda que, apesar de receberem recursos públicos, as entida-

des do Sistema S seguem vários procedimentos aplicáveis à iniciativa privada.

— Cabe ao Poder Legislativo debater se esse modelo é o mais condizente — afirmou.

Ele destacou as aplicações financeiras mantidas pelo Senai e informou que a entidade dispõe de R\$ 3,6 bilhões para investimentos. Também defendeu o fato de o serviço e outras entidades do Sistema S cobrarem pela aplicação de alguns cursos.

— Mais uma vez, trata-se de uma decisão estratégica do gestor visando à maximização da política de investimentos.

De acordo com o dirigente, o Senai tem parceria com mais de 20 mil empresas, além de prestar assessoria técnica ao

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Durante a audiência, vários senadores destacaram o papel do Sistema S na formação profissional de milhões de brasileiros.

Para Ataídes, porém, o sistema atua com baixa transparência e, embora seja mantido com recursos públicos, viola a Constituição e várias leis ao adotar procedimentos incompatíveis com tal condição, como a contratação de pessoal sem concursos públicos e a não submissão a instituições de controle.

Josias Albuquerque e Adelmir Santana, vice-presidentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC), contestaram.

— Somos transparentes. Uma única vez sofremos uma multa de R\$ 3 mil por causa da compra de um equipamento importado. Disseram que deveríamos ter procurado um similar nacional, que na época não existia — disse Josias Albuquerque.

Adelmir Santana citou pareceres jurídicos que legitimariam os processos seletivos adotados pelo Sistema S e declarou que “nada neste país é mais fiscalizado que o Sistema S”.

Também participaram da audiência o diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional, José Claudio dos Santos, e a diretora-executiva do Sest/Senat, Nicole Goulart.

## Ministro esclarece abstenção do Brasil sobre Irã e Síria

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, prestou esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores (CRE) sobre a abstenção do Brasil na votação de resoluções do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que condenam violação de direitos humanos no Irã e na Síria. O pedido de explicações foi solicitado por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

— No caso do Irã, houve o reconhecimento [pelo governo brasileiro] de que houve melhora nos direitos humanos. O Brasil defende a não politização do tratamento do tema. Recusamos a prática de condenar países sem reconhecer seus progressos — disse Vieira.

Em relação à Síria, o chanceler observou que desde o início do conflito interno no país, em 2011, o Brasil sustenta que não há saída militar para a crise, devendo uma solução duradoura

e inclusiva ser liderada pelos próprios sírios. Ele atribuiu a abstenção nessa votação ao fato de a resolução da ONU responsabilizar apenas uma das partes.

Tasso continuou a ver “incoerência e inconsistência” na posição brasileira em relação ao Irã e à Síria.

— Votaram a favor das resoluções praticamente todos os países democráticos do mundo. Votaram com o Brasil Bolívia, Cuba, China e Venezuela — criticou o senador, com apoio de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) questionaram a posição do Brasil sobre o drama de migrantes tentando cruzar o Mediterrâneo rumo à Europa.

— O Brasil tem recebido todos os estrangeiros que aqui vêm buscar proteção, abrigo e condições de trabalho — declarou o ministro.



Mauro Vieira argumenta que o Brasil não quer politizar a questão dos direitos humanos

A posição brasileira quanto às resoluções da ONU contrárias a Irã e Síria foi elogiada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

— O Brasil é respeitado em sua diplomacia no mundo e não pode usá-la

para represália. Estamos diante de uma questão ideológica — disse Vanessa.

Gleisi frisou que, dos 47 países que votaram na resolução sobre o Irã, 20 deram voto a favor e 27 se posicionaram contra ou pela abstenção.

— Isso demonstra que a resolução tinha desequilíbrio — afirmou.

Embora o foco da audiência fosse Irã e Síria, o presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), suscitou a denúncia de violação dos direitos humanos na Venezuela. Ele leu carta da esposa do ex-prefeito venezuelano Daniel Ceballos, opositor do governo Nicolás Maduro, condenado a um ano de prisão e que iniciou greve de fome.

— O contexto político na Venezuela mudou muito em um ano. Nosso objetivo é consolidar a democracia e a observância dos direitos humanos na América do Sul — comentou Vieira.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão  
**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão deverá investigar a Confederação Brasileira de Futebol e o comitê organizador local da Copa do Mundo de 2014, por requerimento do senador Romário

## CPI da CBF pode ser formalizada ainda hoje

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) para investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o comitê organizador local da Copa do Mundo de 2014 está a um passo de ser criada no Senado. O senador Douglas Cintra (PTB-PE) leu ontem, em Plenário, requerimento de Romário (PSB-RJ) nesse sentido. Se os 54 senadores que assinaram o documento mantivessem o apoio até a meia-noite de ontem, a criação da CPI seria publicada no *Diário do Senado* de hoje.

Com 7 membros titulares e 7 suplentes, a comissão terá 180 dias para investigar possíveis irregularidades em contratos de partidas da Seleção Brasileira de Futebol, de campeonatos organizados pela CBF e para a realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo de 2014. A instalação dependerá da indicação dos integrantes pelos partidos, o que leva em conta o cálculo de proporcionalidade das bancadas na composição do Senado. O limite de despesas da comissão será de R\$ 100 mil.

Romário (PSB-RJ) propôs a criação da CPI logo após a repercussão, na quarta-feira, da notícia de que a Agência Federal de Investigação dos Estados Unidos (FBI), por meio da polícia da Suíça, prendeu sete dirigentes ligados à Federação Internacional de Futebol (Fifa) por suspeitas de corrupção, lavagem de dinheiro e extorsão envolvendo a organização de competições e contratos de marketing e televisionamento. Entre eles, está o ex-presidente da CBF José Maria Marin, que deixou o cargo em abril e atualmente é vice-presidente da entidade.

Marin é acusado de negociar propinas de R\$ 346 milhões pela cessão dos direitos de transmissão da Copa América até 2023. A entidade também será investigada por contratos de patrocínio firmados com a multinacional americana Nike e intermediados pela Traffic, empresa brasileira de marketing esportivo. Essas negociações datam do mandato do antecessor de Marin na presidência da CBF, Ricardo Teixeira — que ainda não foi citado judicialmente.



Romário (em pé, cumprimentando Humberto Costa) recolhe assinaturas de apoio à comissão no Plenário do Senado

### Romário quer uma “devassa” na entidade

“Este é o momento oportuno para fazermos uma devassa na CBF”, afirmou Romário (PSB-RJ) na tribuna do Plenário, manifestando satisfação pela criação da comissão parlamentar de inquérito que vai investigar a Confederação Brasileira de Futebol.

Com o pedido de criação da CPI já lido, falta os líderes indicarem os nomes dos componentes da comissão.

Romário parabenizou a

polícia da Suíça e o FBI pela prisão, na quarta-feira, de dirigentes da Fifa acusados de participar de um esquema de corrupção que movimentou US\$ 150 milhões nos últimos 20 anos. Um deles é o ex-presidente da CBF José Maria Marin.

Segundo Romário, as investigações da FBI citam casos ligados à CBF: Marin, o ex-presidente Ricardo Teixeira e o atual, Marco Polo Del Nero,

receberiam propina de R\$ 2 milhões pela exploração comercial da Copa do Brasil, suborno pago por duas empresas de marketing esportivo.

— Com a possibilidade dessa CPI, poderemos fazer um trabalho sério, corajoso e honesto, para que haja dois resultados: a moralização definitiva do futebol brasileiro e a punição de todos aqueles que se enriqueceram ilícitamente — disse o senador.

## Renan anuncia votação da Lei da Mediação na terça-feira

Por sugestão de Eunício Oliveira (PMDB-CE), o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou para terça-feira a votação do projeto de Lei da Mediação (PLS 517/2011), em regime de urgência.

A proposta foi discutida por uma comissão de juristas instituída por Renan

em 2013. Os juristas apresentaram dois anteprojotos: um sobre arbitragem e outro sobre mediação. O primeiro deu origem ao PLS 406/2013, transformado em lei nesta semana, após sanção com vetos pela presidente Dilma Rousseff.

A outra proposta da comissão de juristas (PLS 407/2013) acabou discutida

em conjunto com o PLS 517/2011, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), aprovado pelo Senado no fim de 2013. A Câmara fez modificações no projeto e agora os senadores decidirão sobre o texto final.

Arbitragem e mediação são métodos alternativos de solução de conflitos. Na arbitragem, um terceiro (árbitro), esco-

lhido pelas partes, decide a questão. Na mediação, o terceiro (mediador) apenas tenta facilitar a negociação para que as partes cheguem à solução.

O projeto da Lei da Mediação amplia as hipóteses em que é possível o uso da mediação, inclusive quando o conflito envolver a administração pública.

## Meta é assentar neste governo todos os acampados, diz ministro

Em audiência pública ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, disse ser compromisso do governo federal o assentamento de todas as famílias que hoje estão acampadas. Conforme afirmou, é um objetivo ousado, mas possível a partir de parcerias com governos estaduais, prefeituras, sociedade civil e movimentos sociais.

— Nossa primeira prioridade é trabalharmos a perspectiva

de assentarmos com dignidade todas as famílias que estão hoje acampadas no Brasil. Temos um desejo profundo no coração: até o fim do governo da presidenta Dilma, não termos nenhuma pessoa debaixo de lona — disse o ministro.

Conforme adiantou, já estão cadastradas 60 mil pessoas nos acampamentos, mas o levantamento do conjunto dos acampados ainda está sendo feito em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os senadores relataram problemas em seus estados. A distância entre os assentamentos de Mato Grosso do Sul e centros urbanos foi apontada por Waldemir Moka (PMDB-MS) como um entrave à prestação de serviços públicos. A precariedade de condições gera uma situação de dependência dos recursos públicos, disse Moka.

Wellington Fagundes (PR-MT) relatou situação de assentamentos de Mato Grosso, com mais de 20 anos de criação, ainda não emancipados, o que impede investimentos para diversificação da renda. Blairo Maggi (PR-MT) citou opções de geração de renda, como a produção de biodiesel, que não podem ser mantidas nos assentamentos por problemas de documentação das áreas.

José Medeiros (PPS-MT) e Fátima Bezerra (PT-RN) destacaram a importância da ação articulada dos órgãos do governo que tratam de questões rurais.

### Patrus propõe conferência para definir linha de ação

No debate, o ministro sugeriu a realização de uma Conferência da Terra para definição de linhas-mestras de ação de todos os órgãos do governo federal que atuam no mundo rural.

— Que solo queremos deixar às gerações futuras? Como conciliar produção agrícola e preservação de recursos naturais? — provocou.

Em apoio à ideia, Paulo Rocha (PT-PA) observou a importância de ação mais integrada dos órgãos que tratam da reforma agrária, como o Incra, dos de meio ambiente e dos que tratam de incentivos à produção agrícola, como o Ministério da Agricultura (Mapa).

— O Incra tem uma política, o Ibama tem uma política

e o Mapa tem outra. É preciso ter uma ação comum do governo, e não de cada órgão ou ministério isoladamente — disse o senador, ao observar que uma Conferência da Terra poderá contribuir para reduzir os conflitos.

Na audiência, Patrus Ananias afirmou que as medidas de ajuste fiscal não acarretarão retrocesso no próximo Plano Safra da Agricultura Familiar, conjunto das políticas direcionadas anualmente ao setor, a ser anunciado no início de junho pelo governo.

A ampliação dos programas públicos de crédito e assistência técnica a esse segmento do meio rural foi defendida por Acir Gurgacz (PDT-RO) e Donizeti Nogueira (PT-TO).



Ao lado de Gurgacz, Patrus Ananias explica aos senadores planos do ministério

Médicos e representantes de pacientes disseram que uso prolongado de corticoides e cuidados inadequados diminuem sobrevida dos portadores

# Falhas no tratamento prejudicam portadores de lúpus, aponta debate

O DESCONHECIMENTO DOS sintomas do lúpus, a falta de preparo das equipes de saúde para o diagnóstico e as dificuldades de acesso a medicamentos modernos e tratamento adequado, principalmente pelo SUS, foram debatidos ontem em audiência pública da Comissão de Educação. O lúpus é uma doença autoimune — quando o corpo produz anticorpos contra si — que afeta 150 em cada grupo de 100 mil brasileiros.

Representante da Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos (Anapar), Carlos Eduardo Tenório é um exemplo dos transtornos causados por essas falhas. Dos 13 aos 32 anos, peregrinou em busca de tratamento sem que os médicos desconfiassem de sua condição, mesmo vivendo em São Paulo.

Depois do diagnóstico, o tratamento prolongado com corticoide, medicamento temido pelos efeitos colaterais, trouxe mais problemas, levando-o à aposentadoria por invalidez.

Ele ressaltou que a garantia a remédios mais modernos é essencial para a qualidade de vida dos pacientes e que tanto o SUS quanto os planos de saúde falham nesse aspecto.

—As operadoras brincam com os pacientes. Liberam um tratamento e o interrompem — lamentou Tenório, que defendeu a aprovação de uma lei federal sobre o tema.

Professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o médico Roger Levy explicou que a doença é complexa, mas



Projeto de lei que permite aos pacientes sacarem recursos do FGTS foi anunciado durante a audiência pública

ao contrário de alguns anos atrás, quando 50% dos doentes morriam, hoje a expectativa de vida chega a 90%.

Além disso, segundo Levy, a doença em si é responsável atualmente por 20% das mortes. O que causa mais mortes são os efeitos colaterais do tratamento, principalmente o uso prolongado de corticoides para tratar as inflamações.

A utilização frequente ataca os rins, muitas vezes de forma irreversível. Também causa sangramentos gastrointestinais, desgastes ósseos e nas articulações, osteoporose, insônia, depressão e hipertensão, além de afetar os olhos.

— Podemos melhorar a atividade da doença, mas o dano acumulado, irreversível, vai aumentando ao longo do tempo, pelo uso do corticoide. E o tratamento não pode ser pior que a doença — disse.

Walter Lyrio do Valle, da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, pediu atenção do governo à

questão tributária, que encarece as medicações para doenças raras e inviabiliza tratamentos ou sobrecarrega o SUS com demandas judiciais. Ele defendeu a quebra de patentes, como aconteceu no tratamento da Aids.

## Genética

O lúpus tem origem genética, atinge mais mulheres do que homens, numa proporção de 10 para 1, e é mais frequente nas populações afrodescendentes e hispânicas. Afeta principalmente a pele, as mucosas, os rins e o sistema nervoso central.

A confirmação da enfermidade pode ser feita por exames de laboratório e o diagnóstico e tratamentos rápidos são fundamentais para garantir qualidade de vida ao doente, segundo o médico Eduardo Borba, presidente da Comissão de Lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia.

Ele defendeu a oferta de medicamentos variados para

o tratamento, como imunossuppressores, e especialmente para o problema renal.

Romário (PSB-RJ), autor do requerimento para a realização da audiência, anunciou na reunião a apresentação de projeto de lei para beneficiar os portadores de lúpus. A proposta prevê, entre outras ações, o saque do FGTS para os portadores, prioridade no preenchimento de vagas do Prouni e isenção de IPI para a aquisição de automóveis.

— Eu entendo a dor dos pacientes pela falta de política pública e pela falta de interesse de órgãos que se dizem competentes, mas que infelizmente não têm competência nenhuma.

Também foram convidados para a reunião representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Ministério da Saúde, que explicaram protocolos de atendimento e detalharam números de beneficiários atendidos.

## Comissão volta a debater aborto até a 12ª semana

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) voltou a discutir ontem a sugestão legislativa de legalização do aborto nas 12 primeiras semanas de gravidez (SUG 15/2014). O assunto dividiu a opinião dos participantes da audiência pública.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), explicou que a proposta contou com o apoio de mais de 20 mil pessoas. A sugestão foi feita pela população pelo Portal e-Cidadania. Ele esclareceu que, além de atendimento médico nos hospitais públicos, a iniciativa busca garantir às grávidas apoio psicológico e social.

— Esse apoio visaria também assegurar que a gestante poderia decidir de modo informado, consciente e responsável se de fato deseja interromper a

gravidez — disse o senador.

Durante o debate, os convidados defenderam campanhas educativas para prevenir a gravidez indesejada e permitir o planejamento familiar.

O assunto, porém, não tem consenso. A pesquisadora Fernanda Takitani argumentou que o direito das mulheres é defendido como um método de controle populacional. O

representante da CNBB, Berardo Graz, disse que a entidade defende a vida desde a concepção. A pesquisadora Lenise Garcia, da UnB, lembrou que com três meses, o feto já tem vários órgãos

— Com 12 semanas, já tem olho, tem orelha, tem costas, tem baço e tem, inclusive, se for uma menina, útero. Então é interessante que aquelas

mulheres que dizem que têm direito ao seu útero pensem que a sua filha também tem direito ao seu — disse Lenise.

A especialista Sandra Valongueiro explicou que o aborto ilegal é um problema de saúde pública. A socióloga Jolúzia Batista defendeu mudanças na legislação, que prevê uma pena de até três anos de prisão para a mulher que aborta. O médico Thomaz Gollop revelou que 700 mil mulheres fazem aborto por ano no país e uma morre por dia vítima das péssimas condições de atendimento.

— Por serem inseguros, os abortos arriscam a vida das mulheres, notadamente as negras e as mais pobres.

Essa foi a segunda de cinco audiências que a CDH vai fazer antes de votar a proposta.



Na audiência, Gollop disse que 700 mil mulheres abortam por ano no Brasil

## Revitalização do São Francisco é crucial, afirma Otto Alencar

O governo “jogará fora” R\$ 9 bilhões se insistir em fazer a transposição do São Francisco sem a revitalização do rio. A advertência foi feita por Otto Alencar (PSD-BA), para quem a falta de providências poderá resultar no “enterro do São Francisco”.

O senador afirmou que afluentes do rio na Bahia e em Minas Gerais estão se transformando em caminhos de areia. Como a vazão do São Francisco caiu à metade — e o consumo deverá aumentar com a transposição das águas, Otto avalia que o resultado não será satisfatório.



Jane de Araújo/Agência Senado

## Randolfe: município de Oiapoque está abandonado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) denunciou o abandono a que está relegado o município de Oiapoque, no Amapá.

O senador afirmou que os 24 mil habitantes estão enfrentando uma epidemia da febre chikungunya, o município passa por crises de abastecimento de energia e os moradores não conseguem ver concluídas as obras da BR-156.

— Eu só vejo uma solução: é o exército assumir aquela obra porque enquanto estiver nas mãos das empreiteiras ou estiver nas mãos do governo do estado, vai ter relatório apontando falcatruas. Já tem uma manifestação favorável por parte do Ministério da Defesa — disse Randolfe.

## Regina pede ordem em plano agropecuário

Regina Sousa (PT-PI) manifestou ontem preocupação com o lançamento, pelo governo, do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, região que compreende municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A senadora lembrou que essa será a única região agrícola acompanhada desde o início pelo governo federal e que, portanto, tem condições de se desenvolver de forma ordenada

— Esse projeto tem que se revestir da mais ampla inclusão daqueles que têm terra, mas continuam produzindo agricultura de subsistência.



Jefferson Rudy/Agência Senado